



ATA N.º 7/2025

Aos 18 dias do mês de junho de 2025, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira reunião da segunda sessão ordinária do ano 2025, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, e secretariada por Rosa Martins Freitas Duarte e por José Adolfo Carvalho Rocha, com a seguinte ordem de trabalhos:

B - Ordem do dia

7. Aprovação de atas de reuniões anteriores.
8. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de fevereiro de 2025 a 31 de março de 2025.

D – Período de Intervenção do Público

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, Álvaro Paulo Alves Leite, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho, e do Presidente da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro.

Foi dada nota do pedido de substituição da Presidente da Assembleia Joana Raquel da Silva Devezas por José Manuel Alves Novo e dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por Manuel Augusto Gomes Novais, João Humberto Santos Cunha Bastos por Liliana Costa Gonçalves, Isabel Resende por Fernanda Maria Guedes Bastos, Rui Manuel Martins Fidalgo por António Rodrigues Freire da Costa, Maria

Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos por Manuel Cardoso Pereira, Abel Jorge Correia dos Santos por Floriano Alves, de Bruno José da Silva Morais por Ana Rita Sá e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim – Nuno Almeida, por Manuel Fernando Santos, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias por Paula Maria Santos e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira por Pedro Tavares.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes os vereadores Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Leonor Fonseca, Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas, Lurdes Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto.

Tendo dado entrada na Mesa um pedido de intervenção por parte do público presente, deu à palavra a Maria de Olinda Ferreira Carvalho, residente em Espinho, que disse estar ali em representação dos utentes do balneário Marinho. Disse que depois do apagão do dia 28 de abril, o balneário marinho tinha encerrado e não tinham qualquer informação da data prevista para a sua reabertura. Já tinham feito uma reclamação à Câmara Municipal. Perguntou se iriam aproveitar para fazer intervenção no balneário que se encontrava muito degradado e se no próximo ano letivo poderiam ser compensados das aulas em falta.

Presidente CME pediu a palavra e disse que: “o Balneário Marinho está num estado de degradação muito grande e o apagão deu a machadada final nas 3 bombas que servem a piscina. O material não é fácil de substituir porque já não existem peças compatíveis. Já conseguimos identificar uma empresa que poderá fazer a substituição das peças orçadas em 17 mil euros. o Balneário Marinho irá fechar para obras no valor de 1,5 milhão de euros, esperamos conseguir dar início a essa empreitada que irá decorrer provavelmente até ao final do ano, e proporcionará tratamentos muito melhores e em condições muito melhores do que estão a ser prestados neste momento. Claro que os utentes seriam ressarcidos.”

Nuno Almendra (PSD) pediu um ponto de ordem à Mesa e disse que: “Tenho hoje de expressar a minha profunda preocupação com a forma que a Câmara Municipal tem tratado os requerimentos apresentados pelos eleitos deste órgão. Como é de



conhecimento geral, a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador com competências próprias e legalmente consagradas, sendo essencial que a informação solicitada pelos seus membros seja prestada com prontidão e respeito institucional. No entanto, foram apresentados dois requerimentos à Câmara Municipal, um, há 4 ou 5 meses sobre a requalificação do Antigo Quartel dos Bombeiros de Espinho e outro quase a fazer 3 meses, sobre a Unidade de Saúde de Anta, ambos no exercício pleno das competências que me assistem enquanto eleito e que, até à data, não mereceram qualquer resposta por parte da Senhora Presidente. Esta ausência de resposta não é apenas uma falha administrativa, é uma violação dos princípios da legalidade, da transparência e da colaboração institucional. É inaceitável que um órgão executivo ignore um pedido formal de informação vindo de um membro de um órgão deliberativo eleito pelos cidadãos de Espinho. Não basta apregoar rigor, independência e seriedade, é preciso pôr em prática estes valores. Reforço que os prazos legais existem para serem cumpridos e que o direito à informação, especialmente quando solicitado, no âmbito das funções fiscalizadoras, é um pilar básico do funcionamento democrático das autarquias locais. Desta forma, deixo um apelo à Senhora Presidente da Câmara para, com brevidade, ver as respostas aos requerimentos em causa e que esta postura seja revista, de forma a garantir o respeito devido, não apenas por esta assembleia, mas pelos próprios espinhenses que representamos.

Ordem do Dia

ponto 7. aprovação de atas de reuniões anteriores.

As atas 12/2024, 13/2024, 14/2024, 15/2024, 16/2024, 17/2024, 1/2025, 2/2025 e 3/2025 foram aprovadas por maioria dos vogais que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam as atas em apreciação.

Jorge Carvalho (CDU) pediu para fazer a correção do lapso constante numa das atas, dado que, numa das suas intervenções consta "*Jorge Carvalho (PSD)*". O Presidente da Assembleia em exercício perguntou qual era a ata e como o vogal não soube precisar disse que iriam procurar e fazer a devida correção.

Passou-se de seguida ao ponto 8. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

Presidente CME apresentou o documento e disse que: "Saliento a atividade dos alunos de Mandarin, que foi a celebração do ano chinês, em que é, muitas vezes, feita duas sessões, tal a afluência a este espetáculo; a visita pastoral do bispo auxiliar da diocese do Porto; o visto do Tribunal de Contas para podermos dar início ao Centro Integrado de Saúde da Marinha, que neste momento está já em obra, a inauguração do nosso Dispositivo de Salvamento Aquático, que é um dispositivo pioneiro, em que foi protocolado com o Corpo de Bombeiros para fazer uma escola para salvamento, assim como o seu equipamento que dispõe dos meios mais modernos para esse efeito; as parcerias com as associações locais, como por exemplo o Futebol Popular, e a realização do nosso Carnaval das Escolas, a assinatura de um protocolo com a Associação Patinhas Sem Lar para a cedência de um terreno para a construção de um abrigo. Fico à disposição para perguntas que queiram fazer."

Nuno Almendra (PSD) disse que: "os Espinhenses foram presenteados com a notícia de que perdemos três bandeiras azuis, sendo Espinho o município do norte do país que mais bandeiras perdeu e ainda que perdemos as quatro praias que tinham o galardão de praias com qualidade de ouro, ou seja, perdemos todas as praias que tínhamos. Coloco-lhe duas questões para as quais peço respostas, se possível, objetivas e concretas. Se já foram apuradas as causas e, em caso afirmativo, quais foram as causas. E, caso tenham sido identificadas, quais as medidas adotadas para a inversão destas perdas que acontecem com o cunho do seu executivo. Gostaria, em primeiro lugar de saber qual é o ponto da situação da requalificação do complexo habitacional de Paramos e, como a Sra. Presidente bem sabe, as candidaturas aos apoios do primeiro direito podem ser também, feitas para beneficiar os direitos, ou seja, apoiar famílias individualmente. As questões que lhe coloco sobre esta matéria são: quais foram os meios de divulgação utilizados junto às famílias que reuniam os requisitos necessários e se esse trabalho foi realizado em colaboração com as juntas de freguesia. Eventualmente, se alguma junta entender também dar algum esclarecimento, seria interessante. Em que canais foram divulgados as alterações recentes, de março de 2025, em que o programa do primeiro direito foi alargado a mais famílias, passando a abranger agregados em carência financeira ou que suportem uma renda ou uma prestação com taxa de esforço superior a 40% do rendimento mensal desse mesmo agregado familiar. E, no âmbito deste programa, quantas famílias é que foram apoiadas no Concelho de Espinho."



Jorge Carvalho (CDU) disse que: "Esteve aqui uma funcionária da Câmara na última Assembleia que referiu que não tinha sido dado andamento ao seu requerimento pela Sra. Presidente e pergunto se essa questão já foi ou não resolvida; quais foram as medidas concretas tomadas aquando do apagão, por forma a que se acontecer novamente, já esteja previsto como é que a situação se resolve. Na mensagem constante da informação refere que "a nossa cidade não se limitou a celebrar o que é de fora, mas também a valorizar o que é genuinamente nosso" e pergunto o que é que é genuinamente nosso nesse evento do ano novo chinês; qual foi o reforço da cooperação com a receção ao novo ao comandante da PSP, sabendo que a Câmara quer criar uma polícia municipal que depois dispensará muitos dos agentes da PSP, com um reforço de funcionários autárquicos. Quanto à visita pastoral do Dom Roberto Rosmaninho gostava também de saber como é que a cidade reforçou os laços espirituais e comunitários. Quanto ao anúncio para a construção do Centro Integrado de Saúde da Marinha de Silvalde, a história hoje já se faz por anúncios, não interessa o que foi feito. Sobre o dispositivo de salvamento para as praias, a Sra. Presidente referiu que a nossa cidade ficou na vanguarda da segurança costeira. Pergunto se tem a certeza de que a Póvoa, a Figueira da Foz e as outras praias estão abaixo da Câmara de Espinho, em maquinaria e segurança, e o que Espinho tem mais que as outras praias não tenham."

Filipe Pinto (PSD) disse que: "Estamos no início da época balnear e as questões são: quando serão pintadas as passadeiras, os limites das estradas e reparados os buracos? De quem é a responsabilidade de pintar os limites de estacionamento à superfície, da ESSE ou da Câmara? Se é responsabilidade da ESSE, como é que a Câmara controla? Porque há anos que não são pintados. Eu questiono a Câmara se tem alguém que é responsável pelo controlo das receitas anuais de 25% negociadas nesta Assembleia, há quatro anos, e também qual a prioridade da cobrança dessas receitas e se a Câmara tem alguém no Departamento Financeiro que vai controlar se os 25% das receitas à superfície, são ou não devidamente pagos à Câmara?"

Presidente CME disse que: "algumas perguntas, nomeadamente as do vogal Nuno Almendra, não me parecem que constam de matéria do documento em apreciação. Quanto à celebração do Ano Chinês, na informação escrita consta que tive a honra de acolher o evento que uniu diferentes culturas e promoveu o diálogo intercultural, a animação da vida com um espetáculo intercultural no Centro Multimeios. Quanto às

tradições genuínas, consta da informação que são acontecimentos na biblioteca, pelo que não me parece que a sua interpretação tenha sido correta. Relativamente à funcionária que esteve aqui e não lhe ter sido dada resposta, o pedido suscitou-nos dúvidas legais e em conversa com ela foi-lhe transmitido que ia ser pedida informação à CCDRN sobre o assunto e estamos a aguardar essa informação. Sobre o apagão, quando existe um problema destes, a nível, eu não diria só nacional, mas ibérico, a Proteção Civil recebe ordens, avalia, e age consoante o que está a acontecer, quando a energia voltou, íamos transmitindo às pessoas o que estava a acontecer. Relativamente às passadeiras, não é a primeira vez que estão a ser pintadas, é a segunda vez e, neste momento, ainda não chegamos a todos os locais, mas o trabalho foi priorizado junto aos centros escolares, sendo que temos apenas um funcionário para esse trabalho. Quanto à marcação dos lugares, foi a ESSE que marcou os lugares e tivemos alguns diferentes em que eles entendiam que tinham mais lugares do que era devido, e o contrato está a ser acompanhado com a divisão de obras municipais que diz respeito ao trânsito. Tivemos de chamar a atenção da ESSE porque até lugares de garagem foram pintados. Os lugares estão todos georreferenciados e contabilizados, para ver se estavam de acordo com o contrato. Embora não esteja na informação escrito, acrescento que no bairro de Paramos, tivemos seis lotes para adjudicar a empreitada, quatro foram adjudicados, dois ficaram desertos e temos de voltar a lançar concurso para esses dois.

Nuo Almendra (PSD) disse que: "Relativamente à ausência de resposta tinha dois esclarecimentos. A Sra. Presidente já tinha usado várias estratégias, mas este ainda não. Relativamente às questões sobre a praia, a capa da sua informação escrita é a foto do dispositivo de salvamento aquático e a questão que lhe ponho é, para quê um investimento tão grande quando depois não tem explicação para ter perdido as bandeiras azuis, as praias com o galardão qualidade de ouro, mas ressalva que esse grande investimento provavelmente será para concelhos vizinhos, quando as pessoas forem para as praias dos outros concelhos e não para as nossas. Relativamente à questão da habitação que eu lhe coloquei e que também mencionou que não está na informação, a palavra habitação aparece 17 vezes. Na página 57 fala do programa de rede social no Conselho de Espinho da habitação, na página 56 fala da habitação social e na página 68 fala de estratégia local de habitação."



Filipe Pinto (PSD) disse que: "porque não somos informados sobre as reais receitas, periodicidade de pagamento e sobre os 25% que esta Assembleia aprovou, conforme o vogal Jorge Carvalho já tinha questionado. Eu gostaria de obter essa informação na próxima Assembleia, ou se pudesse fazer chegar essa informação pela Mesa da Assembleia.

Jorge Carvalho (CDU) disse que: "O que temos é, mais do mesmo, não é que me surpreenda, nada foi dito em concreto. A Sra. Presidente tem uma forma própria de exercer a Presidência, isto é, eu sou a melhor do mundo, Espinho está à frente de tudo e o que importa é o circo, porque quanto mais festas houver mais felicidade o povo tem e, portanto, o que interessa as dificuldades das pessoas. Depois temos os buracos, as rachadelas, tudo na miséria. Este tom empolgante de que é o melhor que temos, é o que fazemos, não pega. A mensagem termina referindo: "Estamos a construir uma cidade de Espinho mais forte, mais inclusiva e mais próspera" e eu não sei qual é a fortaleza da cidade, a prosperidade é sempre uma situação ponderável. Quando o governo diz que a riqueza de Portugal está a subir, esquece de dizer que a riqueza de Portugal está na posse de 10% das pessoas. Esta forma estatística de tratar o assunto em que uns encham a barriga e os que têm a barriga vazia têm a fama de ter comido uma percentagem daquilo que é o bem de todos. E a Câmara é a mesma coisa, é prosperidade de Espinho, porque Espinho tem menos indivíduos sem abrigo, não tem. Tem gente com mais habitação, não tem. Tem rendimentos superiores às outras zonas, também não tem, de modo que esta prosperidade resume uma coisa, uma presidente da Câmara que mais ninguém tem e portanto logo Espinho tem de valorizar isto. E é este tom narcisista de que olhem para mim, parece a Rainha Sol, e já veem que isto que resta é felicidade irradia só de me verem. Não presta contas de nada, a informação tem aspetos repetidos, a história do ano chinês vem em três páginas diferentes.

Nuno Almendra (PSD) disse que: "Hoje voltamos a assistir a um padrão que infelizmente se tornou recorrente, a desresponsabilização por parte de quem tem o dever de liderar e decidir em nome do interesse público. Uma vez mais, em vez de assumir as suas falhas, a senhora Presidente opta por não responder, numa tentativa já habitual de se isentar das suas responsabilidades. Como é de conhecimento, as avarias das estações elevatórias são diretamente responsáveis por esta situação da perda das bandeiras azuis e dos galardões. Originaram recentemente uma coima da

APA por infração ambiental muito grave contra o município. Certamente será do seu conhecimento que, em 2023, foi proposto um sistema de monitorização que poderia incluir as estações elevatórias, algo que é prática corrente em muitos municípios. Como sabem, mesmo que esteja em funcionamento pleno, se não houver um alerta da avaria, pode ter consequências ambientais e financeiras significativas tal como aconteceu. O resultado está à vista de todos, uma perda grave para o Concelho de Espinho, que atinge diretamente os nossos cidadãos, os nossos comerciantes, os nossos veraneantes e todos aqueles que veem no mar e na praia, um dos motores da nossa identidade e da nossa economia local. Esta situação compromete também a atratividade turística do município, prejudicando quem nos visita e, acima de tudo, minando a confiança dos agentes económicos que continuam a investir e apostar nesta cidade. Importa lembrar que o turismo balnear é para Espinho mais do que uma vocação é uma necessidade estratégica. Quando se falha na proteção da nossa frente marítima, quando se negligencia o investimento na salvaguarda ambiental e na valorização da costa, falha-se também na sustentabilidade económica e na imagem que projetamos para Espinho como destino turístico de qualidade. Além disso, o impacto ambiental destas decisões, ou, neste caso, a ausência delas, é profundamente preocupante. Não há desenvolvimento possível sem equilíbrio ambiental e não pode haver turismo sustentável onde o território é continuamente negligenciado. Não podemos aceitar que, por falta de planeamento, por falta de visão estratégica ou capacidade de execução, se comprometa o bem-estar de toda uma comunidade. Mais uma vez, ficou demonstrado que os espinhenses merecem uma liderança responsável, decisões fundamentadas e uma política que esteja à altura dos desafios, e não uma constante fuga às responsabilidades. O ambiente exige ação, o turismo exige visão e os espinhenses merecem, acima de tudo, respeito. Na última Assembleia Municipal, a sra. Presidente afirmou e passa a citar, "em Paramos disseram-me que a obra estava fora de PRR, o governo retirou-nos o dinheiro para fazer a reabilitação em Paramos." A sra. Presidente continua a negar a realidade, continua a fantasiar, continua a tentar que uma inverdade, dita várias vezes, passe a verdade, tendo mesmo ousadia de afirmar que todos os projetos que faziam parte da estratégia local de habitação foram alvo de candidatura. Sobre este assunto, e para que não fique nenhuma dúvida, vou tentar aqui prestar alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, o Executivo, liderado por si e eleito pelo Partido Socialista, não conseguiu candidatar todos os projetos que integravam a estratégia local de habitação, onde anunciou em julho de 2023 um investimento no Concelho de 127 milhões de euros, até ao final do ano 2025. No dia



2, apenas temos uma obra em curso, a remodelação do Bloco F, 12 apartamentos, no bairro da Ponte de Anta, que, por sinal, esta obra devia estar pronta em setembro de 23, ou seja, neste momento já tem praticamente 2 anos de atraso. No entanto, mesmo nestas circunstâncias, mais uma vez não se inibiu, na cerimónia do 32º aniversário da elevação de Anta a vila, de afirmar que isto era um dos seus legados na freguesia de Anta no que toca à habitação. No dia 2 e a 6 meses do final do ano 2025, o Executivo, liderado por si, tem em curso 0,38% do valor previsto a investir em habitação, e concretizados tem 0%. Dentro das poucas candidaturas apresentadas pelo município de Espinho, a do Complexo Habitacional de Paramos foi aceite, estava dentro dos 26 mil fogos definidos inicialmente. Em setembro de 2024, o Governo aprovou a Resolução nº 129/2024, que garantia o financiamento das candidaturas dos 33 mil fogos apresentados anteriormente, mas que estavam fora dos 26 mil. Este financiamento que o Governo aprovou, a percentagem variava em termos da data de conclusão, podendo ir no limite aos 60% para todas as obras que fossem concluídas até 31 de dezembro de 2030. Mas para obter este financiamento, era preciso candidatar, e este Executivo não o fez. Convém recordar que, por exemplo, o território de Anta não foi contemplado com nenhuma candidatura, e que o bairro novo de Silvalde, o Complexo Habitacional de carácter social mais antigo do Concelho, também foi esquecido. A 27 de março de 2025, foi aprovado por Decreto de Lei nº 44/2025, que tem como objetivo obter financiamento para 120 famílias em situação de habitação indigna. Este mesmo decreto abria uma janela de oportunidade para municípios como Espinho, financiamento a 100% para projetos que não foram alvo de candidatura, mas tinha um problema, tinham de estar concluídos até 30 de junho de 2026. E nós não apresentamos candidaturas, como também não conseguimos executar nada. Mais uma vez, o nosso município fica de fora. Oitavo e último ponto, na segunda reprogramação do PRR, aprovada em abril de 2025, foram retirados projetos de financiamento do PRR que não estariam concluídos nos prazos estipulados e aí, certamente entrará o Complexo de Paramos, porque, ao contrário de outros financiamentos, em que se recebe o dinheiro e depois executa-se, no PRR, para garantir o financiamento, tinha de executar e a Sra. Presidente, não conseguiu executar. E, portanto, desta forma, o governo tem de salvaguardar os 22,2 mil milhões de euros que estão definidos para o plano português no âmbito do PRR. A não apresentação de candidaturas ao Programa do Primeiro Direito, no âmbito do PRR, representa uma perda de oportunidade única para o município de Espinho. Este programa, financiado por fundos europeus, destinava-se a dar resposta às

necessidades habitacionais das populações mais vulneráveis, promovendo acesso à habitação digna. O facto do Executivo não ter apresentado candidaturas, em tempo útil, revela uma falha grave na gestão das políticas sociais e habitacionais. O Executivo Municipal começou o seu mandato com expectativas ambiciosas, anunciando uma nova era para a habitação e o bem-estar dos espinhenses. Contudo, essas promessas foram rapidamente reveladas como inexecutáveis. O tempo mostrou que não houve nem planeamento adequado, nem vontade política real para cuidar das pessoas. Não foram criadas soluções de habitação a custos controlados, nem se assistiu à implementação de medidas estruturais que pudessem inverter o agravamento da crise habitacional no Concelho. Ao invés de assumir a responsabilidade, o Executivo opta por lançar inverdades disfarçadas de *sound bites*. Trata-se de uma tentativa clara de iludir a população, iludir os espinhenses, desviando atenções das falhas e omissões que marcam esta governação. Mas os espinhenses merecem mais do que slogans. Merecem ação, merecem verdade e, sobretudo, um Executivo à altura dos desafios do presente e do futuro. A marca negativa desta gestão ficará gravada como uma oportunidade desperdiçada, que podia ter feito a diferença na vida de muitas e muitas famílias. É irreparável o dano causado por esta ausência de visão e de compromisso com a justiça social.”

Paulo Leite (PSD) disse que: “Das intervenções anteriores, pode constatar-se que os exemplos aqui dados são claríssimos como água quanto à eficácia e quanto à eficiência que esta Câmara ou esta equipa que foi eleita pelo Partido Socialista em Espinho, que interromperam um ciclo de desenvolvimento. O que está descrito no último parágrafo da mensagem não tem nada a ver com o que está a acontecer. O Partido Socialista apareceu há 4 anos, propondo-se a eleições, prometendo aos espinhenses que juntos iam fazer Espinho melhor, que tinham uma visão de futuro, que incluía um desenvolvimento inteligente e sustentável, com alguns slogans que diziam, por exemplo, “temos uma equipa experiente, motivada e disponível para servir os espinhenses”. Não será demais lembrar que aqueles que estavam disponíveis, quando as coisas correram mal saíram e deixaram a situação que hoje é conhecida, que não há memória de uma “equipa tão forte e competente” para definitivamente reconstruir a nossa comunidade e é dramático o que está a acontecer. Não reconstruíram coisa nenhuma, destruíram. Se formos ver as promessas que estavam feitas neste programa, é difícil encontrar alguma que realmente corresponda. Quanto ao milhão e meio de euros para o balneário, prometidos para o fim do ano, à



partida, a Câmara eleita poderá ter outra pessoa, estando a fazer uma promessa que não tem capacidade para cumprir. São anúncios atrás de anúncios, e nada aconteceu, não só por inexperiência como por incapacidade. Passei estes quatro anos chamando a atenção inclusive ao Partido Socialista, que podiam e deveriam ter feito alguma coisa e não fizeram. Estamos num final de mandato em que o Partido Socialista está mesmo partido, vemos cartazes com fotografia, a candidatura à presidência da Câmara Municipal de alguém que ainda não tinha sido aprovado pelo seu partido e uma presidente que foi eleita pelo Partido Socialista, que vai concorrer como independente. É o melhor exemplo do desvario, do disparate e da confusão que vai desde que o Partido Socialista tomou conta desta Câmara Municipal. A questão das bandeiras é apenas um dos sinais e as responsabilidades estão de facto no executivo da Câmara, não é só da Sra. Presidente, o Partido Socialista tem culpa. É de facto o mandato de múltiplas oportunidades perdidas, de um prejuízo enorme para o povo espinhense. Na minha opinião, é grave que quando concorreram com a equipa que tinham, das duas uma, ou sabiam perfeitamente que não conseguiam, e era mau, ou, pior do que isso, achavam que conseguiam, mas não sabiam que jamais estariam capazes, porque as coisas não são feitas dessa forma. No início do mandato, chamei a atenção ao Executivo, que muitas vezes, parecia que, no último ano de mandato, é que as obras apareciam feitas, mas para conseguir apresentar a obra feita no final do mandato é preciso fazer os projetos, é preciso submetê-los, é preciso fazer muito trabalho que leva tempo burocrático. No momento certo andavam a fazer vídeos, a publicar fotografias, a fazer coisas bonitas, a fazer publicidade, mas trabalho zero e estamos a assistir a mais promessas, festas, na tentativa de voltar a enganar os espinhenses. É tempo de haver outro tipo de comportamento. Estamos cá fundamentalmente para que Espinho seja protegido e não apenas para perpetuar o poder, nem dar aos partidos a possibilidade de ter mais uma Câmara ou duas ou três, para mostrar a importância que o partido tem. Portanto, a conclusão que eu posso retirar deste tipo de informação não é nem mais nem menos do que a confirmação da incapacidade deste Executivo, da incapacidade do Partido Socialista, que é responsável por tudo isto em Espinho,

O Vereador Luís Canelas pediu para fazer uma defesa da honra, tendo o Presidente da Mesa em exercício questionado a Presidente da CME se não se opunha. No uso da palavra a PCME referiu: "eu não vi em que é que a honra foi ofendida, desculpem, a honra ofendida foi a minha".

Presidente da Assembleia em exercício referiu que foi realmente mencionado um cartaz com fotografia..." tendo a Presidente da CME dito que era público, portanto a honra não foi de maneira alguma ofendida, peço desculpa, mas é meu entendimento.

Teixeira Lopes (PS) referiu que: "acabamos de ouvir um exercício público, democrático, da forma como podemos tripudiar sobre a realidade. Uma coisa é a realidade que nós sentimos e percebemos, outra coisa é contá-la da forma que não corresponde à realidade dos factos. E a realidade dos factos tem por razões uma questão de ordem política básica. Nós não podemos vir aqui escamotear aquela realidade que teve origem na detenção do arquiteto Miguel Reis. E isso, como devem calcular, produziu efeitos políticos na realidade municipal. Se alguém efetivamente não perceber isso e quem estiver com más intenções é que efetivamente tenta deturpar essa realidade. O Partido Socialista, face a esse acontecimento infeliz, de certa maneira, procurou contrariar isso. E contrariou, possivelmente não da forma mais feliz, mas a verdade é esta, e por desistência do nosso candidato em segundo lugar, por impossibilidade da sua vida profissional e social, a atual senhora Presidente da Câmara assumiu o cargo. Sob ponto de vista da legalidade, não há nada a dizer. Tudo aquilo que aconteceu posteriormente tem muito a pouco a ver com o Partido Socialista. E portanto, vir aqui hoje falar no Partido Socialista quando se sabe que a senhora Presidente da Câmara rasgou o cartão do Partido Socialista e assumiu efetivamente, a condução da Câmara, necessariamente que estamos a deturpar a realidade. A culpa é do atual executivo, é da atual composição, onde só resta um elemento do Partido Socialista, o ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal. Basta consultar as atas e ver os resultados das votações feitas em relação a alguns documentos fundamentais para ver que quando o Partido Socialista ou se absteve ou votou favoravelmente, foi precisamente por ter em conta a importância do orçamento e a importância da forma como a Câmara estava a ser gerida e que podia, prejudicar, podia lesar os interesses dos espinhenses. Isto não significa que o Partido Socialista não possa ter cometido erros, mas era errada a forma de utilizar este local para dizer coisas que não correspondem à verdade. E depois até, inclusivamente, nem falam da realidade, falam aquilo que querem que se acredite em relação ao Partido Socialista.. Isso é escamotear a verdade. Isso não é sério. Não é honorável, é indigno de uma Assembleia Municipal, depois do 25 de Abril. E é nisso que eu acredito, e acredito também, na democracia e na renovação democrática, que se faz através das eleições."



Paulo Leite (PSD) disse que: " Eu fui literalmente insultado com afirmações de falta de seriedade, falta da verdade. E chama a atenção da mesa, que não pode permitir que isto aconteça. O senhor vogal pense antes de falar porque eu vou já dizer-lhe que o senhor está errado e anda a ver realidades alternativas. Vou falar com factos, dados e números. Quem é que decidiu que após a saída do arquiteto Miguel Reis, ficava este executivo, não foi o PSD, foi o PS, naturalmente e apoiou a Sra. Presidente da Câmara, este executivo, até muito recentemente. Noutras Assembleias, aprovaram tudo o que a Câmara queria, e eu chamei a atenção para isso e o senhor revoltou-se todo e insultou-me. O Partido Socialista efetivamente há pouco tempo deixou de apoiar isso. Quando a atual Presidente decidiu assumir o cargo, devo dizer-lhes que foi uma mulher de coragem, mas que, na nossa opinião, fez coisas erradas, mas que o Partido Socialista apoiou. Peço que a mesa não volta a permitir uma intervenção desse tipo, a referir que eu faltei a verdade, que eu não sou sério."

Teixeira Lopes (PS) fez um pedido de defesa da honra e disse: " A Sra. Presidente da Câmara, no seu pleno direito, decidiu, em função de uma realidade que não vou trazer aqui para a discussão, deixar de ser militante do PS, e, a realidade política obriga a que os membros de uma Assembleia Municipal, que apoiam neste caso concreto o Partido Socialista, não podiam deixar de apoiar a senhora presidente da Câmara. Pediu a demissão do membro do Partido Socialista e começou a atuar contra aquilo que o Partido Socialista pensava. Querer inverter isto é não perceber, as dificuldades que se têm quando nos confrontamos com estas matérias. E o Partido Socialista, de facto, aqui na Assembleia Municipal, procurou, efetivamente, tentar chegar a acordo com a Câmara Municipal, neste caso, com a senhora presidente, para levar a bom porto algumas dessas decisões. Se o Partido Socialista apoiou, foi porque entendeu apoiar e, quando deixou de apoiar, não sei se repararam, foi com a maioria de votos, o que significa que é democrático, ganhou que tem mais votos. Rejeito completamente essa ideia dos malefícios do Partido Socialista e a forma como qualificou o Partido Socialista. Eu nunca ataquei o PSD nesses termos. Tenho princípios, honorabilidade e sou democrata."

Presidente da Mesa em exercício disse que tinha um pedido de defesa da honra por parte de um vereador e que, de acordo com o artigo 35º, n.º 9 do regimento, qualquer membro da Assembleia ou da Câmara poderá usar da palavra para dar os esclarecimentos ou no exercício do direito de defesa da honra, e perguntou ao

membros do plenário quem se opunha. O vereador Luís Canelas referiu que abdicava uma vez que já tinha sido também negada a defesa da honra a outros vereadores e por assim ser também não queria ter tratamento especial.

Filipe Pinto (PSD) pediu para fazer um ponto de ordem e disse: "O artigo invocado refere-se à intervenção do público."

Paulo Leite (PSD) fez um pedido para prestar um esclarecimento e referiu: "O facto que o vogal do Partido Socialista alegou ocorreu em 15 de fevereiro. Quanto tempo passou? Até lá o Partido Socialista esteve a apoiar. Eu nunca vi ninguém da vereação intervir sem autorização do Presidente. Fosse que mandato fosse, que partido fosse, que mesa fosse. Os vereadores têm direito à defesa da honra autorizados pelo Presidente da Câmara, que decidiu não autorizar por entender que não havia nenhuma questão relacionada com a honra, o que é o meu entendimento também. O que aconteceu aqui na minha ótica, é grave, porque procurou inaugurar um procedimento novo que até hoje não tinha acontecido, o artigo que o Presidente em exercício alegou tem a ver com as intervenções do público, não tem aplicabilidade nenhuma aqui. Já por várias vezes os vereadores do PSD quiseram intervir e também não puderam porque o Presidente não aceitou."

Jorge Carvalho (CDU) fez um pedido para prestar um esclarecimento e referiu: "Eu não tenho dúvida nenhuma, que na hierarquia dos valores, a honra está acima. Ninguém pode tirar a defesa da honra a ninguém, seja vereador, seja membro da Assembleia. Estão a fazer confusão é com outra coisa, ou seja quando a Câmara explica o andamento do serviço, a Presidente pode delegar num vereador para melhor esclarecer, mas não pode impedir que ele defenda a honra. Não tem poder absoluto."

Presidente CME no uso da palavra disse: "Eu vou ser breve, até porque acho que se passaram aqui algumas coisas um pouco desagradáveis e principalmente porque, às vezes, as palavras dos vogais não sejam as melhores e podem deixar as pessoas um pouco magoadas. Sobre a questão do turismo, eu acho que devia fazer-se um inquérito aos nossos equipamentos hoteleiros, aos nossos equipamentos de restauração, aos nossos comerciantes e realmente verificar se realmente no turismo, temos visão estratégica, se aumentou o número de pessoas em Espinho e, a partir daí fazemos uma avaliação se existe ou não um aumento de turismo. Esse trabalho vai ser feito porque, dentro de pouco tempo, estaremos capazes de fazer essa contagem



de entrada de pessoas. Das conversas que tenho tido, a nível de restaurantes, a nível de hotelaria, as pessoas estão extraordinariamente contentes. Este fim de semana os nossos hotéis estiveram completos. É evidente que ainda há muito a fazer, mas de certa forma estamos a tentar que a cidade, e não só, quando falo na cidade estou a pensar no nosso concelho, realmente seja visitado por um maior número de pessoas. Relativamente à estratégia local de habitação, realmente tem razão em estar sempre a dizer o mesmo porque acabo por já nem me apetecer rebater o que o senhor vogal diz. O vogal Paulo Leite diz que é preciso planeamento, muitas vezes as obras só saem ao fim de algum tempo e quando eu falo no intervalo temporal muitas vezes são dois anos. Esta é a experiência própria de quem a adquiriu porque realmente fazer um programa preliminar, fazer os projetos, as revisões, tudo isto é moroso e as pessoas não têm noção disso. O Bairro de Paramos, como já referi diversas vezes, entrou com um projeto de arquitetura, com revisão e tudo a 15 de fevereiro e ficou de fora. Já estava em contratação, fomos contactados e perguntaram qual era o estado de maturidade. A resposta foi cem por cento porque a empreitada está contratada. Muitos municípios foram atrás dos financiamentos e não conseguiram executá-las. Não é por qualquer motivo que o PRR tem uma execução baixíssima em todo o país. O governo não acautelou, não previu que não haveria capacidade a nível de empreiteiros para a execução das obras. Muitos municípios não estão a conseguir lançar as empreitadas e há muita possibilidade do bairro de Paramos ser financiado. Como já disse, vamos avançar com a obra, com orçamento municipal. Quanto ao bairro novo, ele não está ainda registado em nome do município e para o candidatar, isso é condição obrigatória. O bloco F está em fase completamente final, está para entrega, foi totalmente requalificado, quer exterior, quer interior, os apartamentos sofreram obras de requalificação, daí a dificuldade na entrega do bloco F. O balneário Marinho é também uma obra do PRR, comunidades desfavorecidas e está em condições de ser lançada a empreitada, não precisa do visto prévio do Tribunal de Contas. Para a requalificação das obras do RECAFE, houve uma falha nos cubos, é recorrente este processo, estamos a fazer o assentamento do paralelo de outra forma em vários locais. Muito do trabalho realmente está a sair em fim de mandato, mas tudo demora o seu tempo para ser feito.”

Presidente da Mesa em exercício disse: “Acho que qualquer elemento desta Assembleia, que seja ofendido na sua honra por uma intervenção do público ou por uma intervenção de qualquer colega vogal, se deve defender. É a minha forma de ver.

Eu nunca proibi alguém de defender a honra e, como sabem, estou em assembleias municipais há mais de 20 anos. Fui ver o artigo 34º, que era mais adequado ao executivo, e o seu n.º 4 refere que: "Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates sem direito a voto, a solicitação do Plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto". Por isso perguntei à Sra. Presidente se não se opunha. O n.º 5 desse mesmo artigo refere que: *"os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito à defesa da honra."*

O Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu a reunião por encerrada e informou que a próxima sessão seria realizada no próximo dia 30 de junho conforme convocatória oportunamente enviada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal em exercício

A Funcionária Municipal,
